

Duas reformas que se complementam para aniquilar nossos direitos

Embora sejam votadas separadamente, as reformas trabalhista e da Previdência têm tudo a ver uma com a outra. Ambas buscam sepultar duas conquistas sociais da Constituição de 88 – a proteção ao trabalhador e o direito a uma aposentadoria minimamente digna, respectivamente.

As duas reformas têm também um efeito comum: o empobrecimento dos brasileiros, ao reduzir os ganhos de quem trabalha e dificultar o acesso à aposentadoria e aos benefícios sociais pagos atualmente a idosos e aos portadores de deficiência.

A desculpa do governo e de seus apoiadores para reformar a Previdência já está suficientemente desmascarada – especialistas já demonstraram que o alegado déficit não existe.

Já o motivo apontado para reformar as leis trabalhistas é outra conversa fiada. O objetivo não é gerar emprego, como os veículos de imprensa repetem, mas baratear o custo do trabalho e enfraquecer os sindicatos.

Tanto pobres quanto remediados serão duramente golpeados se essas reformas forem aprovadas.

Não bastasse o dano individual aos trabalhadores e a suas famílias, as reformas também têm potencial para impactar fortemente a economia interna, por concentrarem ainda mais a renda e frearem o consumo. É como um ciclo que se retroa-

limenta: se o trabalhador tem menos para gastar, as empresas produzem menos e o emprego cai; se o desemprego cresce, mais pessoas buscam trabalho e os salários desabam, numa espiral que não tem fim, tal como assistimos hoje.

Em resumo, o que os defensores dessas reformas pretendem é que o governo economize com os trabalhadores, aposentados, idosos e deficientes para fazer sobrar dinheiro para a especulação financeira, conforme veremos nesta edição.

É importante estar atento ainda ao fato de que esse projeto de país está alinhado a outras medidas já aprovadas, como a reforma do ensino – que visa limitar o acesso ao ensino pelos mais pobres – e à PEC 55, que congelou os gastos sociais por 20 anos.

Ou nos mobilizamos agora e derrotamos nas ruas as duas reformas que estão para ser votadas ou arcaremos com suas consequências nas próximas décadas.

**VAMOS
À LUTA?**



**GREVE
GERAL!**

28 DE ABRIL

**CONTRA O DESMONTE
TRABALHISTA E
DA PREVIDÊNCIA
NOS VEMOS NA RUA!**

Meta é reduzir salários, cortar direitos e atacar sindicatos

Não são outros os objetivos da reforma trabalhista senão os de reduzir salários, eliminar direitos e enfraquecer as entidades sindicais. A estratégia é a seguinte: ao reivindicar que o negociado se sobreponha ao legislado, os grandes grupos empresariais buscam empregar seus trabalhadores e baratear o custo da mão de obra – e do produto final – para enfrentar a concorrência externa.

Eles sabem que todas essas reformas vão impactar negativamente o mercado interno, pois trabalhador com pouco dinheiro consome menos. Por isso, eles apostam em novos acordos comerciais para reativar suas vendas ao exterior.

Para alcançar esse objetivo, querem antes baratear ainda

mais o custo do trabalho com a reforma trabalhista.

Quando sobram empregos no país – como ocorre agora –, os sindicatos, já duramente golpeados pela terceirização (leia mais na página 4), sentam à mesa para negociar em posição frágil. Com a reforma, os patrões esperam que, acuados diante da massa de desocupados, os trabalhadores passem a aceitar qualquer migalha e pressionem seus sindicatos a abrir mão de reajuste e até mesmo de direitos previstos em lei para manter seus empregos. Num ambiente desfavorável à mobilização, as entidades pouco poderão fazer para deter a avalanche.

A reforma traz ainda outros prejuízos (veja abaixo):

O que poderá ser negociado entre empresas e trabalhadores



JORNADA DE TRABALHO

A jornada diária poderá chegar a 12 horas, respeitado o limite máximo de 220 horas mensais – hoje são autorizadas 2 horas extras; o objetivo é adequar a disponibilidade do trabalhador aos interesses das empresas.



INTERVALO PARA ALMOÇO

Poderá ser reduzido para 30 minutos, embora especialistas apontem que, no caso de algumas funções, este tempo é insuficiente e é nocivo à saúde.



DESLOCAMENTO

Empresas e sindicatos poderão negociar se serão remuneradas também as horas gastas no trajeto de casa até o trabalho – essa hipótese é mais comum nos casos em que a empresa oferece transporte aos trabalhadores.



FÉRIAS

Poderão ser divididas em até três vezes, desde que fique garantido um período mínimo de 15 dias corridos – o restante poderá ser negociado.



TRABALHO TEMPORÁRIO

Contratos temporários de trabalho passarão dos atuais 90 dias para 120 dias, prorrogáveis por mais 120 dias.



TRABALHO EM JORNADA PARCIAL

Atualmente, está prevista jornada máxima de 25 horas por semana, sendo proibidas as horas extras; proposta é estendê-la para 30 horas semanais (sem horas extras) ou para 26 horas semanais (com até seis horas extras).

Estes são alguns dos pontos que poderão ser negociados

País pode retroceder 30 anos

A Constituição de 88 inovou e protegeu os mais pobres ao criar a Seguridade Social. Sob esse “guarda-chuva” foram abrigadas a Previdência, a Saúde e a Assistência Social.

A Seguridade Social administra um orçamento único, que deve servir às três áreas. São bilhões de reais, que pagam tranquilamente as despesas que o governo tem com cada uma delas.

Ocorre, porém, que há muito tempo as elites empresariais e parte significativa da classe política querem aniquilar os avanços sociais da Constituição de 88. Uma das maneiras de fazer isso é dizer que a Previdência Social brasileira está quebrada – uma mentira.

Ao fazer as contas, o governo não considera que ele próprio desvia 30% dos recursos da Previdência para outros gastos. E não cobra daqueles que devem à Previdência – a lista inclui grandes grupos

empresariais, como frigoríficos e bancos, por exemplo.

Para onde vai este dinheiro? Para os cofres de banqueiros e rentistas, que investem em títulos do governo, estimulados pelo juro alto e o retorno garantido.

Em 2015, de tudo o que o país tinha para gastar, 42,43% foram consumidos com esses papéis – no mesmo período, a Previdência custou 22,69% do Orçamento Geral da União (OGU). Em 2017, o plano é elevar os gastos com os credores para 54,4% do OGU.

Você investe em títulos do governo? Provavelmente, não. E o que a reforma da Previdência pretende é retirar ainda mais recursos da aposentadoria e da assistência social e drená-los para a rolagem desses papéis. O efeito não será outro: menos pessoas passarão a concentrar ainda mais dinheiro no Brasil. E a massa vai pagar a conta.

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

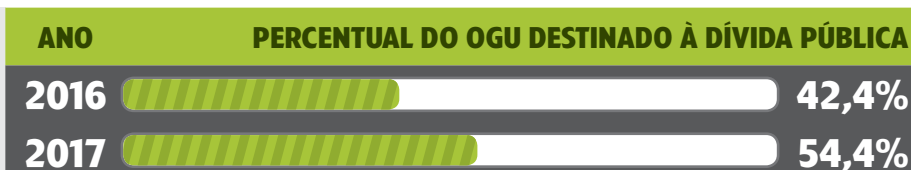
A queda no superávit registrada em 2014/15 reflete a piora do mercado de trabalho, uma mostra do efeito do desemprego e, a reboque, da queda da massa salarial circulante, sobre a arrecadação.

ARRECADADO A MAIS



Fonte: Denise Gentil / UFRJ

A ESCALADA DA DÍVIDA



E as cidades, como vão ficar?

O Brasil tem hoje 5.566 municípios. Em 3.875 deles, os valores pagos a aposentados, pensionistas e incapazes de trabalhar supera o que é repassado pelo Fundo de Participação dos Municípios, dinheiro destinado à manutenção das cidades.

Observe, agora, esse número: em 4.589 delas, o montante que circula entre os segurados do INSS é maior do que a arrecadação municipal!

Ou seja, quem sustenta as economias dessas cidades é a renda dos aposentados. O que será delas se, com uma reforma que restrinja o acesso aos benefícios, o dinheiro deixar de circular?

O governo terá que socorrer esses municípios? Logo, todo o dinheiro economizado de um lado será gasto de outro? – depois que milhões de brasileiros estiverem privados de um mínimo de dignidade?

Lute contra isso. Junte-se a nós.

Vai sobrar para nós

A aprovação da Lei da Terceirização tem impacto direto sobre os sindicatos. A permissão dada para terceirizar tudo levará a um reenquadramento funcional dos trabalhadores, que fará com que muitas entidades percam base de representação. E, ao perderem força – sobretudo se o negociado passar a prevalecer sobre o legislado, como quer a reforma trabalhista –, as entidades perderão receita.

Não é difícil perceber que nós, que trabalhamos em sindicatos, vamos pagar a conta. Essa reforma também avança sobre

nossos empregos.

O capitalismo requer sindicatos que verdadeiramente representem suas bases, para tornar a relação capital/trabalho um pouco menos desigual e permitir que o trabalhador tenha o mínimo para sobreviver.

A terceirização se opõe a isso: ela quer que o trabalhador se submeta aos humores da economia – que ele não controla – e se adapte às condições oferecidas pelo mercado. Se o emprego está escasso, que o trabalhador se vire.

O futuro do terceirizado

Você, certamente, conhece um caso de empresa que terceirizava mão de obra e, repentinamente, fechou as portas, deixando seus trabalhadores a ver navios. A batalha judicial para receber o que se tem direito é longa, não importa a situação em que o trabalhador esteja.

Com a nova lei, a empresa contratante não é solidária aos danos causados a terceirizados. Antes de recorrer a ela, o trabalhador precisará esgotar os recursos contra as terceiras. A razão é óbvia: proteger as tomadoras de mão de obra. Em prejuízo de quem produz.

Há atualmente **2.460 auditores fiscais** em atividade no país, **o menor quadro** em 20 anos.
A OIT calcula que seriam **necessários 8.000**.

Fonte: Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

Eles votaram contra você; lembre-se disso em 2018

Eis os deputados federais mineiros que aprovaram a Lei da Terceirização e os que não compareceram à votação naquele dia:

Bilac Pinto (PR) /

Caio Nárcio (PSDB) /

Carlos Melles (DEM) /

Delegado Edson Moreira (PR) /

Diego Andrade (PSD) /

Dimas Fabiano (PP) /

Domingos Sávio (PSDB) /

Eduardo Barbosa (PSDB) /

Fábio Ramalho (PMDB) /

Franklin Lima (PP) /

Leonardo Quintão (PMDB) /

Luis Tibé (PTdoB) /

Luiz Fernando Faria (PP) /

Marcelo Álvaro Antônio (PR) /

Marcos Montes (PSD) /

Marcus Pestana (PSDB) /

Mauro Lopes (PMDB) /

Paulo Abi-Ackel (PSDB) /

Raquel Muniz (PSD) /

Renato Andrade (PP) /

Renzo Braz (PP) /

Rodrigo de Castro (PSDB) /

Rodrigo Pacheco (PMDB) /

Saraiva Felipe (PMDB) /

Tenente Lúcio (PSB) /

Toninho Pinheiro (PP).

Misael Varella (DEM) – se absteve de votar.